

# Trinitarianismo de Westminster: Niceno ou Reformado?

Robert L. Reymond

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto<sup>1</sup>

Na edição do Outono de 2000 (Vol. 621, n° 2 ) do *The Westminster Theological Journal*, o dr. Robert Letham fez uma resenha da minha Teologia Sistemática (*A New Systematic Theology of the Christian Faith*, primeira edição). Uma das suas críticas tem a ver com minha pergunta se o Trinitarianismo da *Confissão de Fé de Westminster*, II.3, é “Niceno” ou “Reformado” – por “Reformado” aqui quero dizer simplesmente a visão *não-especulativa* da “eterna geração” e “eterna processão” esposada por João Calvino e seus seguidores – uma pergunta que não considero como inapropriada ou deslocada. Sugeri que a visão da *Confissão* é a última [ou seja, Reformada], mas não numa forma totalmente nova ou radical, sem dúvida; de fato, reconheço que a linguagem da *Confissão* é aquela dos Credos Niceno e Niceno-Constantinopolitano. O dr. Letham argumenta em refutação que ao assim fazer, eu separei a causa da Reforma da igreja primitiva – um rompimento que o próprio Calvino tentou evitar com cada fibra de seu ser – e portanto, praticamente cometi o pecado teológico imperdoável.

O dr. Letham afirma que cheguei à minha conclusão “construindo uma hipótese improvável sobre uma teoria insustentável”. Mas eu fiz isso? Quando aprendemos que o Trinitarianismo de Calvino, juntamente com outros princípios de sua fé, “criou um partido”, mesmo nas igrejas Reformadas (B.B. Warfield), cuja visão de Deus era “*fundamentalmente* diferente”<sup>2</sup> da do passado na crença que “as pessoas da Trindade eram iguais umas às outras em todo aspecto” (G. Bray), por que não deveríamos ao menos considerar se a *Confissão de Fé de Westminster*, o nivelador de águas dos escritos confessionais Reformados, poderia ter intentado ou não, mediante sua breve declaração sobre a Trindade em II.3, ficar ao lado do entendimento não-especulativo de Calvino sobre a Trindade, em oposição ao entendimento algumas vezes especulativo dos Pais Nicenos sobre a doutrina? Essa pergunta se torna particularmente premente quando lembramos que,

quando durante as primeiras semanas de suas sessões, a Assembléia de Westminster se engajou na revisão dos Trinta e Nove Artigos,<sup>3</sup> e o Artigo viii sobre os Três Credos foi discutido, foi feita objeção às

---

<sup>1</sup> E-mail para contato: [felipe@monergismo.com](mailto:felipe@monergismo.com). Traduzido em agosto/2007.

<sup>2</sup> O “fundamentalmente diferente” de Gerald Bray é provavelmente muito forte. “Diferente em alguns aspectos” seria mais verdadeiro como uma descrição, creio eu.

<sup>3</sup> <http://www.monergismo.com/textos/credos/39artigos.htm>

cláusulas *ek theou*.<sup>4</sup> Não parece que houve qualquer argumento a favor da posição subordinacionista: antes, os que defendiam a retenção dos Credos gastaram suas forças em *evitar a declaração credal de quaisquer implicações* subordinacionistas.<sup>5</sup>

Por que não deveríamos concluir, então, quando esses mesmos homens, tendo os seus antigos debates sobre o Artigo viii preparado o caminho para um modo mais resumido de procedimento, voltam-se para a tarefa de escrever uma nova confissão de fé – a confissão que agora conhecemos como a *Confissão de Fé de Westminster* – que eles teriam a mesma oposição a qualquer e toda implicação subordinacionista nessa nova expressão confessional de seu Trinitarianismo? De fato, como Alex F. Mitchell observa, “o assim chamado Credo Atanasiano é contraído numa única sentença”<sup>6</sup> do II.3, concernente a qual redução John Murray declara:

A brevidade [do Capítulo II, Artigo 3] é impressionante e sua simplicidade é igualada apenas por sua brevidade. Surpresa e gratidão são evocadas pela moderação ao se definir as propriedades distinguidoras das pessoas da Divindade. Foi a tradição Nicena que embelezou a doutrina, especialmente com respeito à Filiação de Cristo, com uma fórmula além da garantia da Escritura. A Confissão não cai em tais tentativas na definição. Gerações posteriores permanecem em grande débito para com Westminster pela sua prevenção deliberada, que salvou a Confissão de ser carregada com tais noções especulativas, elogiadas por teólogos por mais de mil anos, mas sem nenhum apoio da Escritura. Por conseguinte, tudo que encontramos sobre esse assunto é a breve declaração: ‘O Pai não é de ninguém – não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho’.<sup>7</sup>

Essa colocação de dados não sugere que existe uma diferença entre o Trinitarianismo Niceno e o que eu caracterizaria como o Trinitarianismo não-especulativo da Assembléia de Westminster? Penso que sim, mas mesmo assim não quero dogmatizar. Mas ainda diria: embora seja possível que os teólogos de Westminster pretendiam apoiar os credos antigos de forma não-crítica, e afirmar as doutrinas particulares da igreja primitiva da geração *contínua* do Filho pelo Pai, e a processão *contínua* do Espírito da parte do Pai e do Filho com respeito ao ser *essencial* deles como Deus, eu sugeriria que muito mais provável eles pretenderam que sua declaração Trinitariana – claramente

---

<sup>4</sup> Nota do tradutor: *ek theou* significa “de Deus”. O autor está aludindo à expressão “theos ek theou”, que aparece no Credo Niceno, e significa “Deus de Deus”.

<sup>5</sup> Benjamin B. Warfield, “Calvin’s Doctrine of the Trinity,” *Calvin and Calvinism* (Reprint; Grand Rapids: Baker, 1991), V:279, fn. 137, itálico adicionado.

<sup>6</sup> Alex F. Mitchell, *Minutes of the Sessions of the Westminster Assembly Divines* (Edinburgh: William Blackwood and Sons, 1874), li.

<sup>7</sup> John Murray, “The Theology of the Westminster Confession of Faith,” *Collected Writings of John Murray* (Edinburgh: Banner of Truth, 1982), 4:248.

tosada de quase todas as verborragias Nicenas e assim, de suas especulações não-bíblicas – fosse entendida, de acordo com os *insights* mais bíblicos de Calvino, como uma expressão denotando a “ordem” eterna na Divindade.

É verdade que certos clérigos ingleses da época, tais como George Bull e John Perkins, escreveram defesas do Trinitarianismo do Credo Niceno, mas acho difícil crer que os formuladores da *Confissão* simplesmente pulassem o tratamento da Trindade por Calvino, como se não existisse, e retornassem sem críticas à teologia de Nicéia com seu subordinacionismo especulativo em subsistência essencial do Filho ao Pai (e mais tarde do Espírito ao Pai e ao Filho). Teólogos presbiterianos americanos ortodoxos, tais como Charles Hodge, Benjamin B. Warfield, John Murray, J. Oliver Buswell, Jr., Loraine Boettner, e Morton H. Smith, têm seguido geralmente a insistência dos Reformadores do século dezesseis que a segunda e a terceira Pessoas da Divindade são autoteóticas, isto é, Deus por si mesmas, e assim, Pessoas auto-existentes.

O criticismo do dr. Letham surge de uma preocupação muito justa, a saber, a implicação em minha pergunta é que o Trinitarianismo Reformado é diferente do Trinitarianismo da igreja primitiva, separando assim a causa Reformada da igreja primitiva num vínculo estrategicamente vital. Ele afirma, como já observamos, que o próprio Calvino, solícito em manter a unidade católica com a igreja primitiva, como evidenciado por suas freqüentes citações favoráveis dos pais da igreja, particularmente Agostinho, teria se oposto a tal separação com toda a força de seu ser. Embora a preocupação do dr. Letham seja apropriada, visto que é certamente verdade que não deveríamos separar a Reforma Magistral do ensino da igreja primitiva onde não é necessário fazê-lo, creio que esse é um dentre vários casos nos quais é necessário assim proceder. Além do mais, creio que o dr. Letham tem uma visão muito alta da estatura da igreja primitiva como uma igreja de autoridade. Isso se torna evidente quando ele conclui sua resenha propondo a pergunta de Colin Gunton:

... se não pudermos mais... nos apropriar da linguagem do passado – por exemplo, as afirmações do Credo Niceno – então, sobre que fundamentos somos capazes de julgar se compartilhamos ou não a fé dos Pais que formularam o Credo?

Mas a pergunta de Gundon (e indiretamente, do dr. Letham) desconsidera o ponto todo de nossa diferença. Nossa preocupação primária é nos assegurar que “compartilhamos ou não a fé dos Pais que formularam o Credo”? Penso que não! Nossa preocupação primária é “nos apropriar da linguagem do passado”? Penso que não! Não é nossa preocupação primária nos assegurar que nossa fé, *em primeiro lugar*, passa pela inspeção bíblica, empregando a fé e os credos da igreja antiga como auxílios e ajudas secundárias, à medida que buscamos aprender e enunciar a verdade das

Escrituras infalíveis? Certamente penso que sim, e creio que o dr. Letham pensa assim também. E a fé dos pais antigos, embora reverenciemos seus labores credais, não deve ser considerada como uma autoridade secundária ao ensino da própria Escritura? Certamente penso que sim, e novamente creio que o dr. Letham pensa assim também. Portanto, não penso que seja essencial para o comprometimento das igrejas Reformadas contemporâneas à “fé dos pais” como expressa nos antigos concílios ecumênicos, que elas devam aceitar os seus pronunciamentos credais sem críticas, e sem nenhuma qualificação. E certamente João Calvino não fez isso.

**Fonte:** *Contending for the Faith*, Robert L. Reymond, p. 125-8.